Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Companhia"), CNPJ 94.813.102/0001-70, com sede na Av. Principal nº 187, Distrito Industrial em Santa Bárbara do Sul/RS, foi constituída em 12/08/1992, teve seu contrato social registrado na JUCERGS em 14/10/1992 sob nº 43.202.481.056.

A Companhia se tornou uma sociedade anônima de capital fechado em 2 de agosto de 2011, através de alteração contratual com modificação de tipo jurídico de limitada para sociedade anônima, registrada na JUCERGS sob novo nº NIRE 43.300.053.504. Tem como atividade principal a comercialização e exportação de grãos, a comercialização de insumos e o beneficiamento e comercialização de sementes de cereais, oleaginosas e fabricação de farelo, óleo e biodiesel.

Registro de oferta pública de ações

Em 23 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o protocolo do pedido de registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), concomitantemente ao pedido de registro de companhia aberta - categoria A. Em 20 de abril de 2021, considerando o contínuo impacto nas condições de mercado, a Companhia realizou o protocolo do pedido de interrupção da oferta junto à CVM, sem prejuízo da continuidade do seu registro de companhia aberta categoria A. Em 21 de junho de 2021 a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 28 de junho de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia ("AGE"), aprovou a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), de emissão da Companhia, observado que a quantidade de Ações inicialmente ofertadas poderia ser acrescida em virtude da possibilidade de colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar (conforme definidas na ata da AGE), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"). A Oferta Restrita consistiu na distribuição pública: (i) primária de 94.117.647 Ações ("Oferta Primária"); e (ii) secundária de, inicialmente, 15.686.275 Ações de titularidade de determinados acionistas vendedores pessoas físicas.

O preço por ação e a aprovação do aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado estabelecido no seu Estatuto Social, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de julho de 2021. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta Restrita, o novo capital social passa a ser de R\$1.552.941, dividido em 494.117.647 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 12 de julho de 2021 a Companhia concluiu seu processo de IPO, com o início da negociação das ações na B3 – Novo Mercado, com a liquidação financeira da transação tendo ocorrido em 13 de julho de 2021.

Em 11 de agosto de 2021, a Companhia emitiu um Comunicado ao Mercado informando sobre a liquidação do processo de estabilização e, com isso, foi acrescido um lote suplementar equivalente a 1,8670% do total das ações inicialmente ofertadas, ou seja, em 2.050.000 Ações de titularidade dos acionistas vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, em razão do exercício parcial da opção de ações do Lote suplementar (conforme definido nos Fatos Relevantes da Oferta Restrita), destinadas, exclusivamente, às atividades de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Registro de oferta pública de ações--Continuação

Em razão da conclusão da Oferta Restrita, considerando a colocação das Ações do Lote Suplementar, um montante de 111.853.922 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 22,6371% do seu capital social, estão em circulação no mercado.

a) Reorganização societária

Reorganização societária – incorporação da Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda.

Em 30 de novembro de 2020 foi realizada a incorporação da empresa Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. ("Tentos do Sul"), pessoa jurídica, estabelecida na Estrada Municipal Cascata, n° 935, Distrito Industrial I, CEP: 96050-500, em Pelotas/RS, inscrita no CNPJ sob o n° 22.654.772/0001-80, pela Companhia, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 30/11/2020. A Tentos do Sul pertencia ao mesmo grupo econômico da Companhia, estando as empresas, portanto, sob controle comum.

O valor do patrimônio líquido foi avaliado em 31 de outubro de 2020, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada. O valor incorporado não difere dos valores constantes nos livros contábeis e as variações patrimoniais ocorridas entre a data do laudo de avaliação e a data da efetiva incorporação em 30 de novembro de 2020 foram absorvidas pela Companhia. Desta forma, o acervo líquido contábil incorporado em 30 de novembro de 2020 está apresentado como seque:

	30/11/2020
Caixa e equivalentes de caixa	3.591
Contas a receber de clientes	132.556
Impostos a recuperar	19.418
Adiantamentos a fornecedores	279
Estoques	83.704
Imobilizado	92.820
Intangível	39
Fornecedores	(155.682)
Empréstimos e financiamentos	(56.009)
Adiantamentos de clientes	(1.560)
Obrigações trabalhistas	(2.973)
Obrigações tributárias	(192)
Dividendos	(20.000)
Outras contas a pagar	(392)
Impostos diferidos	(21.301)
Acervo líquido incorporado	74.298

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

a) Reorganização societária -- Continuação

Reorganização societária – incorporação da Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda.--Continuação

Do total do acervo líquido incorporado pela Companhia, R\$1.000 foram destinados ao aumento de capital e R\$73.298 foram incorporados à reserva de subvenção para investimentos (transação não-caixa).

A operação foi efetuada para atender aos interesses dos sócios e acionistas, pretendendo-se, com o exercício de suas atividades numa só empresa, alcançar um melhor desempenho de seus recursos, racionalizando-se custos operacionais e administrativos, mediante unificação de atividades.

Aumento do capital social

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020, foi aprovado também o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.000, mediante a emissão de 9.000.000 (nove milhões) de ações ordinárias nominativas, capitalizadas pelos novos acionistas Sixth Participações Ltda. e Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho, mediante a capitalização de créditos que estes mantinham junto à Companhia (transação não-caixa).

Reorganização societária – Incorporação do acervo cindido da Sinuelo Participações Ltda.

Em 1º. de dezembro de 2020, a Companhia em Assembleia Geral Extraordinária incorporou parte do acervo cindido da empresa Sinuelo Participações Ltda. ("Sinuelo"), sociedade empresarial limitada, com sede no município de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, n° 187, Sala 03, Distrito Industrial, CEP: 98.240-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.795.252/0001-69, até então controladora da Companhia. O valor incorporado conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada, não difere dos valores constantes nos livros contábeis, e era composto pelas próprias ações da Companhia.

A incorporação do acervo cindido atende aos interesses da Companhia e dos acionistas, e teve como objetivo o ingresso no quadro acionário da Companhia dos sócios da Sinuelo, que passaram a deter sua participação de forma direta, e não resultou em qualquer alteração no valor do capital social, nem na quantidade de ações de emissão da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Efeitos do COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020, que trata da orientação sobre a divulgação dos potenciais impactos do COVID-19 nas demonstrações financeiras das companhias abertas, considerando cuidadosamente os principais riscos e incertezas advindos desta análise e observadas as normas contábeis, a Companhia trabalhou, em especial na análise dos seguintes possíveis impactos: a) Ações realizadas pela Companhia em função do COVID-19 e possíveis impactos nos seus controles internos; b) Aumento do risco de perdas em ativos financeiros (IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros); c) Valor realizável de estoques (IAS 02/CPC 16 – Estoques); d) *Impairment* de ativos imobilizado e intangível (IAS 36/CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos); e) Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros e commodities; f) Impactos na receita do exercício e nas margens; g) Análise de continuidade operacional da Companhia; e h) Fluxo de caixa, impactos no acesso ao crédito de empréstimos e financiamentos.

A Companhia realizou o estudo dos itens elencados acima e não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. Neste sentido, é importante comentar que as operações da Companhia seguem sendo acompanhadas por um modelo de gestão de crise e estratégias foram aplicadas para que a Companhia atravesse esse período com o mínimo de impacto negativo possível. A Companhia agiu com celeridade e assertividade na criação de um Comitê em 2020, o qual ficou responsável pela elaboração do Plano de Contingência COVID-19 e do Guia de Enfrentamento do COVID19 e passou a realizar um acompanhamento contínuo desses instrumentos de atuação de forma regular, visando a minimização dos riscos e vulnerabilidades, além de estabelecer medidas de proteção, controle e contenção de eventual proliferação do COVID-19 no âmbito da Companhia.

Em relação ao seu negócio, cabe mencionar que a Companhia faz parte de um setor considerado essencial, em relação à manutenção de sua atividade produtiva, uma vez que seus principais produtos são utilizados pela indústria alimentícia e biocombustíveis como fonte de energia.

Outro fator que merece destaque e que envolve diretamente a Companhia é a demanda por exportações, favorecidas pela valorização do dólar, em conjunto com uma apreciação do valor das principais commodities que comercializa. Em relação à cadeia logística, cabe salientar que não foram verificadas rupturas nas operações e logística de exportação de maneira geral, bem como nas operações de recebimento de insumos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional -- Continuação

b) Efeitos do COVID-19 nas demonstrações financeiras -- Continuação

A respeito dos compromissos firmes de venda para clientes, a Companhia não espera alterações relevantes em sua composição, visto que sua origem reside em uma forte correlação com a forma como as negociações são realizadas e os *players* escolhidos como parceiros comerciais, não identificou questões importantes relacionadas a estes compromissos, tendo a comercialização e entrega dos produtos ocorrido sem percalços. Adicionalmente, em momentos como esse se acentuam as preocupações com o caixa, a alavancagem financeira, eficiência de custos e dívidas sujeita à variação cambial e, nesse sentido, a Companhia se posicionou para ultrapassar os efeitos advindos da COVID-19, sendo possível ressaltar também a política de gestão de riscos aplicada pela Companhia de forma consistente nos últimos anos. A liquidez de curto e longo prazo estão preservadas e, mesmo eventuais reprogramações, estão dimensionadas para que não afetem de forma relevante a posição financeira da Companhia. Nesse sentido, a Companhia não identificou riscos relevantes em relação à sua capacidade de continuar operando.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("Internacional Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "Internacional Accounting Standards Board - IASB".

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia está apresentando neste conjunto de demonstrações financeiras, o último exercício comparativo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para permitir ampla comparabilidade de suas informações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS").

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas em sua gestão, conforme previsto na orientação técnica OCPC 7, aprovada pela Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Certos montantes apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reclassificados para melhor comparabilidade em relação à apresentação do exercício corrente.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Em 17 de fevereiro de 2022 a Administração concedeu a autorização para a conclusão das demonstrações financeiras.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento de cada período de reporte, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"). As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a Administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Contas a receber de clientes--Continuação

As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de Cédulas de Produtor Rural (CPR), em que a Companhia comercializa defensivos em troca de commodities agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de commodity (soja, milho e trigo) é ajustado pela cotação da *commodity* no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos, conforme política contábil adotada pela Companhia.

2.5. Estoques

As commodities agrícolas, soja, milho, trigo, farelo e óleo, são mensuradas a valor justo, deduzido dos custos de venda, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrer a variação. Tal classificação justifica-se pelo fato dessas commodities se destinarem substancialmente a operações de "trading".

Os itens derivados do processo produtivo como óleo vegetal, farelo e casca de soja também são considerados *commodities*. Esses itens são valorizados com base nas ordens de produção, que consideram o custo da matéria-prima (grãos) consumida, cujo custo é dado pelo preço de mercado e pelos gastos com mão de obra, outros custos diretos e depreciação. Subsequentemente, a Companhia efetua o confronto do custo de produção com o preço de mercado do produto acabado e registra a diferença nas contas de ajustes de estoque a valor justo deduzidos dos custos de venda.

As demais mercadorias de estoques são apresentadas ao menor valor entre custo de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados com base no método de custo médio. O valor líquido realizável representa o preço de venda menos todos os custos necessários para realizar a venda.

2.6. Arrendamentos

A administração da Companhia reconhece o ativo direito de uso e o passivo de arrendamento na data de assinatura de seus contratos ao valor fixo de mensuração. O reconhecimento do passivo de arrendamento refere-se aos pagamentos futuros de alugueis líquidos e ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de desconto praticada pela Companhia.

A determinação da taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela "curva ponderada do CDI/Pré", somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente.

A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar a taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Arrendamentos--Continuação

Seguindo o disposto no CPC 06 (R2) (IFRS 16), não foram mensurados os ativos direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos que apresentaram incertezas na determinação do valor, que representam valor de mensuração baixo e que são classificados como curto prazo.

Os contratos reconhecidos na data base, têm por objeto o arrendamento de instalações e armazéns para que a companhia distribua geográfica e estrategicamente suas unidades e armazéns de grãos.

A Companhia possui contratos de arrendamento com terceiros, e os espaços físicos arrendados estão todos situados no estado do Rio Grande do Sul. A grande maioria dos contratos têm duração máxima de 5 (cinco) anos e as renovações dependem da vontade das partes.

2.7. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão escriturados pelo custo de aquisição e/ou construção e deduzidos da depreciação acumulada e foram ajustados pela revisão do custo atribuído, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10 (IFRS 1). As contrapartidas desses ajustes estão devidamente escrituradas na conta de "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, com os impostos diferidos reconhecidos no passivo não circulante.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). Os terrenos não sofrem depreciação. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Imobilizado--Continuação

	2021		
	Vida útil em anos	Taxa de depreciação	
Máquinas e equipamentos	15	6,6%	
Edificações e instalações Veículos	60 5 a 10	1,67% 20% e 10%	
Móveis e utensílios Equipamentos de computação	10 5	10% 20%	

2.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar referente a compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. As contas a pagar referente a compra de *commodities* agrícolas com preço a fixar ("fornecedores a fixar de *commodities*"), são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pela Companhia e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço das *commodities* é ajustado pela cotação da *commodity* no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos.

2.9. Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.10. Provisões

<u>Geral</u>

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou constituída) em virtude de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.10. Provisões--Continuação

contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não são constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37).

2.11. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros, sendo classificados conforme segue:

- Ativos financeiros mensurados a custo amortizado ("CA");
- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR").

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.11. Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ao custo amortizado

Devem ser mensurados ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ao valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas do balanço a Companhia avalia a existência de indicadores que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros possam não ser recuperáveis. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido após seu reconhecimento inicial, quando este(s) evento(s) de perda tenha(m) impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro em questão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.11. Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

Passivos financeiros ao custo amortizado (CA)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no conhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento e compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.11. Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Desreconhecimento e compensação de instrumentos financeiros--Continuação

Um passivo financeiro é desreconhecido quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como por exemplo, contratos de moeda a termo, contratos de *commodity* a termo e contratos futuros em bolsa (CBOT), para proteger seus riscos de taxa de câmbio e preços de *commodities*.

Esses instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo subsequentemente mensurados a valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.12. Valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como, por exemplo, estoques) ao valor justo em cada data de reporte.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Reconhecimento da receita

O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- (i) A identificação do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) A determinação do preço da transação;
- (iv) A alocação do preço da transação; e
- (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que atua como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias e produtos vendidos.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.14. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Os ativos e passivos fiscais para o exercício atual são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e leis fiscais utilizadas para determinar o valor são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados como ativos ou passivos não circulantes e mensurados às alíquotas esperadas para o ano em que o ativo é realizado ou o passivo liquidado com base nas alíquotas que estavam em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento.

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.14. Tributos -- Continuação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas sobre a compra de ativos ou serviços não for recuperável. Nesse caso, os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou parte do item de despesa, quando aplicável. Os valores a receber e a pagar são apresentados incluindo o valor do imposto sobre vendas.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	17,5%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	7,6%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
INSS	14%
ISSQN	5%

Nas demonstrações do resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.15. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis (impairment)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para a data do balanço, a Companhia avaliou a existência de indicadores de que seus ativos, com vida útil definida, pudessem apresentar desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

2.16. Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.17. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método indireto, e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IAS 7).

2.18. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Essa demonstração é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

2.19 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

2.20. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado:
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) (IAS 7) Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.20. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.21. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

2.22. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão e estão apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, onde se concentra a tomada das principais decisões operacionais da Companhia.

2.23. Novas normas contábeis

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.23. Novas normas contábeis--Continuação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. A adoção antecipada é permitida se divulgada.

A Companhia está em processo de avaliação dos possíveis impactos da adoção dessa norma.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement* 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Não existem outras novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estoques e compromissos de compra e venda de commodities e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia valoriza as contas a receber atreladas ao recebimento de *commodities*, bem como o seu estoque de *commodities*, e as contas a pagar a fornecedores a fixar de *commodities* pelo valor justo na data de reporte, sendo as variações do valor justo registradas em contra partida ao custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado.

As commodities comercializáveis são negociadas livremente, em mercado ativo e podem ser vendidas sem processamento adicional significativo. A Administração estima o valor de mercado com base nos preços cotados em bolsas de valores, ajustados para refletir diferenças em mercados locais.

Como parte de sua gestão de risco de preços, principalmente para fins comerciais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo de *commodities*, bem como por contratos futuros em bolsa (CBOT), os quais são também mensurados ao valor justo, tendo suas variações registradas em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado.

A administração reconhece contabilmente o valor justo das contas a receber de cédula de produtor rural e dos contratos de compra e venda a termo que são liquidados com a entrega física, por esta ser a prática da Companhia para contratos similares, com o propósito de negociação e obtenção de margens em suas operações comerciais de *commodities*.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas periodicamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos são destacadas a seguir:

Pagamentos baseados em ações

O valor justo das opções outorgadas pela Companhia nos planos de opções é mensurado no momento da outorga, com base em determinadas premissas. Essas premissas requerem a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

O reconhecimento do custo com o plano de opções foi mensurado com base no valor justo das ações outorgadas utilizando o modelo Binomial, conforme detalhado na Nota 25.

Tributos sobre o lucro

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos, incluindo aqueles relacionados a subvenções governamentais usufruídas pela Companhia, e ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Tributos sobre o lucro--Continuação

Conforme divulgado na Nota 24, a Companhia usufrui de subvenções governamentais correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS, decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017. O benefício relativo à redução no pagamento do ICMS é calculado sobre o valor apurado das saídas em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal, sendo esses valores excluídos na apuração do IRPJ e da CSLL da Companhia.

A Administração da Companhia está acompanhando atentamente a evolução das discussões sobre esse tema e, considerando que as autoridades fiscais têm se pronunciado através de soluções de consulta, a Companhia obtém, periodicamente, atualização formal de seus consultores tributários sobre o tema e mantém o seu entendimento quanto a adequação da metodologia de cálculo do referido benefício.

Dessa forma, com base nas informações disponíveis no mercado e na opinião de seus consultores tributários, entende que as chances de êxito, no caso de eventual questionamento e discussão quanto aos valores excluídos na apuração do IRPJ e da CSLL junto às autoridades fiscais, são superiores a 50%, mesma conclusão do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Nesse contexto, em atendimento às práticas contábeis aplicáveis, mais notadamente o CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro e interpretações relacionadas (ICPC 22/ IFRIC 23), não há qualquer provisão para perdas constituída relacionada a esse assunto.

Conforme divulgado na Nota 19, a Companhia possui créditos tributários diferidos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A Nota 14 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	99.665	152.455
Câmbio a realizar (*)	-	43.056
Aplicações de liquidez imediata	251.925	57.181
Renda fixa (**)	104.680	57.181
Fundo de investimento exclusivo (Nota 4.3)	147.245	
Total	351.590	252.692

^(*) Os câmbios a realizar referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das demonstrações financeiras.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em caixa, apresentando-se em um montante conhecido e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4.2 Aplicações financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras Fundo de investimento exclusivo (Nota 4.3)	739.002	-
Total	739.002	-

4.3 Fundo de investimento exclusivo

	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	147.245
CDB	107.879
Compromissada IPCA	39.366
Aplicações financeiras	739.002
CDB	410.329
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	160.555
Letras Financeiras	168.118
Total	886.247

^(**) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB), operações compromissadas e investimentos em títulos, com seus rendimentos atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI Mensal), a uma taxa média de 82,01% em 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras--Continuação

4.3 Fundo de investimento exclusivo--Continuação

O fundo de investimento exclusivo Hat Trick RF CP é um fundo de renda fixa de créditos privados e públicos sob gestão, administração e custódia do Banco BTG Pactual. Não há prazo de carência para resgate de quotas, ou seja, podem ser resgatadas em D+0.

Desde 03 de agosto de 2021, o fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia. Desta forma, de acordo com a instrução CVM 408/04, cada um dos ativos do fundo foi registrado de acordo com suas características, observando sua liquidez e prazo de vencimento, o que se traduz em disponibilidade para resgate. A criação do fundo tem como objetivo segregar os recursos captados pelo IPO e manter o poder de compra para realização dos investimentos previstos no plano de investimentos da Companhia.

O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e a às despesas.

Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração dos investimentos do fundo e aplicações é de 112,86% do CDI mensal. Os ativos estão compostos em 58,47% por CDB, 18,97% por Letras Financeiras e 22,56% por Notas do Tesouro Nacional (NTN-B).

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber no mercado interno	409.323	211.266
Contas a receber no mercado externo	60.627	55.036
Cédula de produtor rural (CPR) (Nota 8)	180.666	294.314
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 21)	72.566	79.238
	723.182	639.854
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.506)	(5.608)
Total de contas a receber	716.676	634.246
Circulante	701.919	634.246
Não circulante	14.757	-

As "Contas a receber – cédula de produtor rural" são originadas na venda de produtos a clientes mediante o recebimento do pagamento em grãos. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos da Companhia, para a consecução de sua atividade de comercialização de *commodities* agrícolas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a análise dos saldos das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
A Vencer	705.632	625.307
Vencidos	11.044	8.939
De 1 a 30 dias	8.727	3.660
De 31 a 60 dias	1.788	741
De 61 a 90 dias	529	95
De 91 a 180 dias	-	150
Acima de 181 dias	-	4.293
	716.676	634.246

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes, não sendo esperadas perdas significativas considerando o histórico da Companhia e as garantias existentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída pela Companhia é considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com as contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(5.608)	(7.246)
Adições	(5.683)	(4.212)
Realizações	4.785	5.850
Saldo no final do exercício	(6.506)	(5.608)

6. Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ	102.255	102.355
CSLL	34.351	37.552
PIS	8.483	4.585
COFINS	40.138	22.331
Retenções	378	305
ICMS	30	-
Total	185.635	167.128
Circulante	63.576	45.169
Não circulante	122.059	121.959

Os saldos a recuperar de PIS e COFINS se referem, basicamente, aos créditos presumidos apurados sobre as vendas da operação de extração de farelo de soja, óleo degomado e casca de soja, além da produção de biodiesel. Estes créditos são utilizados pela Companhia mediante compensação com impostos a pagar ou são efetuados pedidos de ressarcimento em caixa.

Os saldos a recuperar de imposto de renda e contribuição social se referem, substancialmente, a créditos tributários extemporâneos decorrentes do benefício de subvenções governamentais para investimento conforme Nota 24. A realização desses créditos ocorre mediante compensação com impostos a pagar ou através de pedidos de ressarcimento em caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

Os estoques de *commodities* estão apresentados devidamente ajustados a valor justo em contrapartida do resultado.

Os estoques de insumos, sementes, produtos prontos e peças agrícolas foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os valores de mercado, vigentes na data do balanço.

O grupo de estoques está assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Registrados a custo de aquisição/produção		
Adubos e fertilizantes	97.406	9.032
Defensivos	457.609	424.089
Biodiesel	35.135	29.134
Adiantamentos a fornecedores (*)	44.100	4.661
Outros	11.897	3.048
	646.147	469.964
Commodities a valor de mercado		
Grãos	671.718	264.656
Óleo e farelo	108.638	48.903
	780.356	313.559
Total	1.426.503	783.523

^(*) Os adiantamentos foram concedidos em negociações com fornecedores de proteção de cultivo e fertilizantes. Esses adiantamentos foram efetuados em função de negociações de preço e volume de produtos.

As cotações médias utilizadas para a valorização dos estoques de *commodities* na data das demonstrações financeiras foram obtidas por meio de fontes públicas independentes, e são como segue:

	31/12/2021		31/12/2020			
	Valor R\$ sacas/ton	Quantidade	Saldo	Valor R\$ sacas/ton	Quantidade	Saldo
Soja*	188,00	1.713	322.111	150,00	950	142.531
Milho*	100,00	264	26.351	78,00	8	600
Trigo*	101,00	2.342	237.445	77,00	1.342	103.366
Semente soja**	469,00	158	74.043	208,00	24	5.063
Semente trigo **	124,00	43	5.355	96,00	89	8.935
Outras sementes**	128,25	197	6.413	38,53	108	4.161
Farelo***	2.133,00	45	96.144	2.240,00	7	15.811
Óleo***	7.402,00	2	12.494	5.200,00	6	33.092
<u>-</u>			780.356			313.559

^(*) Em milhares de sacas de 60kg.

^(**) Em milhares de sacas de 40kg

^(***) Em milhares de toneladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Valor justo

A tabela abaixo apresenta uma análise dos instrumentos financeiros e estoques mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial a valor justo:

	31/12/2021	31/12/2020
	(Nível 2)	(Nível 2)
Instrumentos financeiros ativos	205.755	301.183
Cédula de produtor rural (CPR) (Nota 5)	180.666	294.314
Instrumentos financeiros	25.089	6.869
Contratos a termo de commodities	21.183	5.491
Operações de swap sobre empréstimos	3.906	1.378
Ativo ambiental	714	764
Estoques commodities (Nota 7)	780.356	313.559
Total ativo	986.825	615.506
Instrumentos financeiros passivos		
Fornecedores a fixar de <i>commodities</i> (Nota 11)	740.918	174.308
Instrumentos financeiros	39.402	26.788
Contratos a termo de commodities	34.565	26.309
Contratos futuros - CBOT	2.799	479
Operações Swap sobre empréstimos	2.038	<u> </u>
Total passivo	780.320	201.096

9. Direito de uso e passivo de arrendamento

A movimentação dos ativos de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está apresentada abaixo:

Saldo em 31/12/2019	3.827
Adições de novos contratos	110
Distrato de contrato do ativo	(901)
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(2.110)
Saldo em 31/12/2020	926
Adições de novos contratos	16.773
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(4.119)
Saldo em 31/12/2021	13.580

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Direito de uso em arrendamentos--Continuação

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está apresentada abaixo:

Saldo em 31/12/2019	3.969
Adições de novos contratos e remensurações do passivo de arrendamento	110
Distrato de contratos do passivo	(939)
Realização do AVP sobre passivo de arrendamento	168
(-) Pagamentos	(2.314)
Em 31 de dezembro de 2020	994
Adições de novos contratos e remensurações do passivo de arrendamento	16.773
Realizações do AVP sobre passivo de arrendamento	891
(-) Pagamentos	(4.785)
Em 31 de dezembro de 2021	13.873
Saldo em 31/12/2021	
Passivo circulante	4.204
Passivo não circulante	9.669

Em 31 de dezembro de 2021 a análise dos saldos das contas de arrendamentos passivos por vencimento é a seguinte:

	31/12/2021
Até 1 ano	4.204
De 1 a 2 anos	4.521
De 2 a 3 anos	2.887
De 3 a 4 anos	2.154
De 4 a 5 anos	60
Acima de 5 anos	47
	13.873

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Custo										
Saldo em 31/12/2019	16.554	153.492	15.209	34.964	82.581	2.047	2.683	5.224	27.520	340.274
Adições	455	16	29	2.624	2.156	235	985	132	70.902	77.534
Adições (Incorporação)	7.886	46.293	6.861	6.731	20.408	636	399	479	8.383	98.076
Baixas	-	-	-	(1.396)	(952)	(51)	(231)	(3.722)	(778)	(7.130)
Transferências (-)	-	422	479	-	2.214	42	7	517	(3.681)	-
Saldo em 31/12/2020	24.895	200.223	22.578	42.923	106.407	2.909	3.843	2.630	102.346	508.754
Adições	2.300	789	379	24.808	2.824	1.121	1.904	234	362.832	397.191
Baixas	-	(477)	-	(1.062)	(203)	(5)	(17)	-	(47)	(1.811)
Transferências (-)	2.590	44.336	6.782	880	33.389	18	262	264	(88.854)	(333)
Saldo em 31/12/2021	29.785	244.871	29.739	67.549	142.417	4.043	5.992	3.128	376.277	903.801
~										
Depreciação		(04.070)	(7.000)	(47.000)	(04.400)	(700)	(4.000)	(4.004)		(00.070)
Saldo em 31/12/2019		(21.976)	(7.636)	(17.622)	(31.163)	(798)	(1.680)	(1.204)	-	(82.079)
Depreciação	-	(4.791)	(1.709)	(2.522) 1.008	(6.894) 255	(265)	(385)	(680) 1.018	-	(17.246) 2.391
Baixa de depreciação	-	(864)	(518)	(1.974)	255 (1.512)	51 (129)	59 (187)	(72)	-	(5.256)
Depreciação (Incorporação) Saldo em 31/12/2020	-	(27.631)	(9.863)	(21.110)	(39.314)	(1.141)	(2.193)	(938)	-	(102.190)
Depreciação	-	(4.457)	(2.698)	(5.768)	(8.944)	(353)	(660)	(257)	-	(23.137)
Baixa de depreciação	<u>-</u>	361	(40 EC4)	593	110	(4.404)	(2.042)	(4.405)	<u> </u>	1.078
Saldo em 31/12/2021		(31.727)	(12.561)	(26.285)	(48.148)	(1.491)	(2.842)	(1.195)	-	(124.249)
Valor Residual										
Saldo em 31/12/2020	24.895	172.592	12.715	21.813	67.093	1.768	1.650	1.692	102.346	406.564
Saldo em 31/12/2020 Saldo em 31/12/2021	29.785	213.144	17.178	41.264	94.269	2.552	3.150	1.933	376.277	779.552
Julius Gill S I/ IZ/ZUZ I	23.703	213.177	17.170	71.204	J-1.203	2.332	3.130	1.555	310.211	113.332

^(*) O montante residual de R\$333 se refere a transferências do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

a) Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2021 se referem, principalmente, a ampliações de unidades da Companhia, com novos depósitos para grãos e insumos; ampliação e reforma da planta fabril de Cruz Alta para duplicação da capacidade de esmagamento, com previsão de conclusão total das obras no exercício de 2022; construção da fábrica em Vera/MT, que segue conforme o planejamento com a construção das primeiras edificações com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2023; projeto de cogeração de energia na unidade de ljuí/RS; aquisição de uma unidade de recebimento de grãos em Matupá/MT, além de novas filiais nas cidades de Alegrete/RS, Erechim/RS, Horizontina/RS, Santiago/RS, São Borja/RS, Uruguaiana/RS, Vacaria/RS, Vera/MT e terreno em Sinop/MT.

No decorrer do ano foram concluídas as reformas e ampliações nos armazéns, setor de extração, balanças, escritórios, linha férrea e aquisição de máquinas na unidade de Cruz Alta/RS. Nesse mesmo exercício, foram concluídas as obras de ampliação nas unidades de Camaquã/RS, Campo Novo/RS, Capão do Cipó/RS, Dom Pedrito/RS, Ijuí/RS (recebimento de grãos), Tupanciretã/RS e Pelotas/RS, além de conclusão da reforma no Centro de Eventos junto ao Centro Tecnológico (Cetec) da Companhia e ampliações envolvendo aquisição de máquinas e equipamentos na planta de Biodiesel, além da conclusão parcial nas obras da unidade de Horizontina/RS e do projeto de cogeração de energia na unidade de Ijuí/RS e ampliações na estrutura de recebimento de grãos em Cruz Alta/RS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia registrou o montante de R\$ 12.606 referente a juros sobre financiamentos para aquisição de imobilizado. O valor foi alocado no grupo de imobilizado em andamento para posterior imobilização assim que o ativo financiado estiver concluído. No período, a taxa média de capitalização dos financiamentos foi de 4,97% ao ano.

b) Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações financeiras existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos e financiamentos, atrelados ao seu próprio financiamento, conforme demonstrado na Nota 12.

c) Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indicativos de *impairment*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

d) Doações recebidas

A Companhia recebeu em doação terreno urbano medindo 4.829,55 m², avaliado em R\$ 507, oriundo da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Sul, conforme escritura de fevereiro de 2020 (transação não-caixa).

11. Fornecedores

Os fornecedores de bens e serviços estão representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores no mercado interno	475.422	659.155
Fornecedores no mercado externo	9.563	33.086
Fornecedores a fixar de commodities (Nota 8)	740.918	174.308
	1.225.903	866.549

A operação de fornecedores a fixar de *commodities* se refere a obrigação da Companhia com o produtor rural que já entregou produtos agrícolas, porém ainda não definiu a data e por consequência o valor final da operação, o qual fica vinculado ao valor de mercado do ativo entregue até a data em que for fixado, podendo ser realizado a qualquer momento, por decisão do produtor rural, sendo valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. Por não existir um prazo específico, o saldo total dessas operações é classificado no passivo circulante.

Operações de risco sacado

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía o montante de R\$9.990 atrelado a operações de risco sacado, com prazo médio de vencimento de 10 meses. A operação é oriunda da negociação comercial decorrente da necessidade de antecipação de pagamento pelos fornecedores, salientando que não houve modificações das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores em função dessa transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão assim representados:

			31/12/2021		31/12/	2020
Modalidade	Data de vencimento	Taxa média	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	jan/22 a dez/25	2,65%	171.978	153.591	206.514	110.391
Financiamentos	jan/22 a jul/35	4,97%	27.421	122.820	18.563	125.009
Adiantamento contrato de câmbio	jan/22 a mar/22	3,05%	108.115	-	82.758	-
Adiantamento para exportação	jan/22 a mar/23	5,37%	181.352	34.423	98.320	-
Total			488.866	310.834	406.155	235.400

	Saldo em 31/12/2021	% sobre o Total	Saldo em 31/12/2020	% sobre o Total
Moeda estrangeira (USD)	192.873	24%	121.115	19%
Moeda nacional (BRL)	606.827	76%	520.440	81%
	799.700	100%	641.555	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As garantias da Companhia para os empréstimos e financiamentos estão representadas conforme abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Alienação fiduciária - imóveis	160.509	164.495
Alienação fiduciária (bens móveis) e hipotecas	9.447	35.501
Avais	556.837	279.301
Estoques	72.907	162.258
	799.700	641.555

Os montantes registrados no passivo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	31/12/2021	31/12/2020
2021		406.155
	400.000	
2022	488.866	99.731
2023	193.901	32.238
Após 2023	116.933	103.431
	799.700	641.555

A Companhia não possui contratos de empréstimos em 31 de dezembro de 2021 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (*"covenants"*).

Linhas de crédito

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui R\$798.392 em linhas de crédito aprovadas, porém ainda não utilizadas. Adicionalmente, a Companhia possui relacionamento com outras instituições financeiras que lhe disponibilizam linhas de crédito para avaliação dentro do curso normal dos negócios, podendo ser acessadas dentro do processo de gerenciamento de liquidez da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

As atividades da Companhia expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles respectivamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, sendo tais riscos mitigados pela administração, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

	31/12/2021	31/12/2020
		_
Ativos financeiros	1.888.146	948.817
Custo amortizado	591.085	394.178
Contas a receber	536.010	339.932
Outros ativos financeiros	55.075	54.246
Valor justo por meio do resultado	1.297.061	554.639
Caixa e equivalentes de caixa	351.590	252.692
Aplicações financeiras	739.002	-
Cédula de produtor rural (CPR)	180.666	294.314
Contratos a termo de commodities	21.183	5.491
Operações de swap sobre empréstimos	3.906	1.378
Ativo ambiental	714	764
	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros	31/12/2021 2.085.497	31/12/2020 1.551.039
Passivos financeiros Custo amortizado		
	2.085.497	1.551.039
Custo amortizado Fornecedores Empréstimos e financiamentos	2.085.497 1.305.176	1.551.039 1.349.943 692.241 641.555
Custo amortizado Fornecedores	2.085.497 1.305.176 484.985	1.551.039 1.349.943 692.241
Custo amortizado Fornecedores Empréstimos e financiamentos	2.085.497 1.305.176 484.985 799.700	1.551.039 1.349.943 692.241 641.555
Custo amortizado Fornecedores Empréstimos e financiamentos Outras obrigações	2.085.497 1.305.176 484.985 799.700 20.491	1.551.039 1.349.943 692.241 641.555 16.147
Custo amortizado Fornecedores Empréstimos e financiamentos Outras obrigações Valor justo por meio do resultado	2.085.497 1.305.176 484.985 799.700 20.491 780.321 740.918 34.566	1.551.039 1.349.943 692.241 641.555 16.147 201.096
Custo amortizado Fornecedores Empréstimos e financiamentos Outras obrigações Valor justo por meio do resultado Fornecedores a fixar de commodities	2.085.497 1.305.176 484.985 799.700 20.491 780.321 740.918	1.551.039 1.349.943 692.241 641.555 16.147 201.096 174.308

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/ Fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Contas a receber – CPR/ Fornecedores a fixar de *commodities* - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, tem seu valor justo atrelado à variação do preço das *commodities* (soja, milho e trigo).

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Outros ativos financeiros – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa, além de saldo decorrentes de transações com partes relacionadas.

Outras obrigações – Saldo decorrentes de outras transações e que serão liquidadas em caixa.

Instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros (CBOT) de commodities e swaps sobre empréstimos) - A Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de commodities. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos.

Contratos a termo – commodities - Os valores classificados como contratos a termo commodities referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de *commodities* através de contratos a termo junto a produtores rurais e clientes.

14. Gestão de risco

Considerações gerais sobre a gestão de riscos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a estes. Esses riscos incluem risco de mercado (risco de preço de *commodities, risco cambial, risco de juros*), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco global, definida através de política interna da Companhia, concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Gestão de risco--Continuação

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	Operações de swap sobre empréstimos e análise da exposição líquida
Risco de mercado - taxa de juros	Equivalentes de caixa e empréstimos com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Análise exposição líquida
Risco de mercado - volatilidade no preço de commodities	Estoques e operações atreladas a commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Estoques, CPR, fornecedores a fixar de commodities, contratos futuros e a termo
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentes financeiros derivativos	Análise de vencimento e avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras e monitoramento dos limites de crédito/ratings
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado

i) Riscos de preço de commodities

A disponibilidade e os preços de *commodities* agrícolas são sujeitos a flutuações decorrentes de fatores, como por exemplo, mudanças nas condições meteorológicas, pragas, plantios, programas e políticas do governo, concorrência, mudanças na demanda global resultantes de crescimento populacional e mudanças de padrões de vida e produção global de plantios semelhantes e concorrentes.

A Companhia gerencia sua posição de exposição ao preço de *commodities* através de contratos de futuros negociados em bolsa, operações de CPR, fornecedores a fixar de *commodities*, bem como contratos de compra e venda a termo a preço fixo com o objetivo de reduzir o risco de preço advindo de flutuações de mercado em *commodities* agrícolas.

Os resultados dessas estratégias podem sofrer impactos significativos decorrentes de fatores, como, por exemplo, volatilidade do relacionamento entre as posições compradas e vendidas em *commodities*, inadimplemento contratual pela contraparte e volatilidade de mercados de frete.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Gestão de risco--Continuação

Abaixo segue resumo das exposições das *commodities* na Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (em milhares de sacas de 60kg):

_	31/12/2021			31/12/2020			
	Soja	Milho	Trigo	Soja	Milho	Trigo	
Estoques	1.713	264	2.342	950	8	1.342	
Contas a receber – CPR	902	93	2	2.433	349	52	
Contratos a termo de commodities – compra	2.048	259	91	2.298	245	37	
Contratos a termo de commodities – venda	(1.067)	(377)	(1.512)	(2.992)	(487)	(50)	
Fornecedores a fixar commodities	(3.654)	(228)	(1.107)	(913)	(42)	(635)	
Exposição líquida à variação de preço	(58)	11	(184)	1.776	73	746	

A variação da mensuração a valor justo dos contratos incluídos na gestão de risco de preço das *commodities* é registrada em contrapartida ao custo das mercadorias e produtos vendidos, e totalizou despesa de R\$113.871 em 31 de dezembro de 2021 (despesa de R\$40.349 em 31 de dezembro de 2020).

Análise de sensibilidade do preço das commodities

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição a preços de *commodities* ao final do exercício. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a esse fator de risco, que poderia afetar o resultado antes dos impostos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Gestão de risco--Continuação

Soja	Sacas* Cotação		Exposição	25% de au	umento	50% de	aumento	25% de r	edução	50% de	redução
Instrumento financeiro	Odcus	31/12/2021	Atual	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	1.713	188,00	322.111	235,00	80.528	282,00	161.056	141,00	(80.528)	94,00	(161.056)
Contas a receber - CPR	902	186,12	167.882	232,65	41.970	279,18	83.941	139,59	(41.970)	93,06	(83.941)
Contratos a termo - compra	2.048	167,77	16.624	209,72	85.901	251,66	171.801	125,83	(85.901)	83,89	(171.801)
Contratos a termo - venda	(1.067)	188,19	(27.065)	235,24	(50.200)	282,29	(100.399)	141,14	50.200	94,10	100.399
Fornecedores - grãos a fixar	(3.654)	172,08	(628.778)	215,10	(157.194)	258,12	(314.389)	129,06	157.194	86,04	314.389
	(58)		(149.226)		1.005		2.010		(1.005)		(2.010)

Milho	Sacas*	Cotação em	Exposição	25% de au	mento	50% de	aumento	25% de r	edução	50% de	redução
Instrumento financeiro	Jacas	31/12/2021	Atual	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	264	100,00	26.351	125,00	6.588	150,00	13.176	75,00	(6.588)	50,00	(13.176)
Contas a receber - CPR	93	99,44	9.248	124,30	2.312	149,16	4.624	74,58	(2.312)	49,72	(4.624)
Contratos a termo - compra	259	88,08	423	110,10	5.703	132,12	11.406	66,06	(5.703)	44,04	(11.406)
Contratos a termo - venda	(377)	99,73	(931)	124,67	(9.400)	149,60	(18.800)	74,80	9.400	49,87	18.800
Fornecedores - grãos a fixar	(228)	88,00	(20.065)	110,00	(5.016)	132,00	(10.032)	66,00	5.016	44,00	10.032
- -	11		15.026		187		374		(187)		(374)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Gestão de risco—Continuação

Trigo	Sacas*	Cotação em	Exposição	25% de au	ımento	50% de a	umento	25% de	redução	50% de	redução
Instrumento financeiro	- Cacas	31/12/2021	Atual	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	2.342	101,00	237.445	126,25	59.127	151,50	118.254	75,75	(59.127)	50,50	(118.254)
Contas a receber - CPR	2	75,89	152	94,86	38	113,84	76	56,92	(38)	37,95	(76)
Contratos a termo - compra	91	83,17	(196)	103,97	1.892	124,76	3.784	62,38	(1.892)	41,59	(3.784)
Contratos a termo - venda	(1.512)	88,04	(2.238)	110,05	(33.280)	132,06	(66.559)	66,03	33.280	44,02	66.559
Fornecedores - grãos a fixar	(1.107)	82,60	(91.441)	103,25	(22.860)	123,90	(45.721)	61,95	22.860	41,30	45.721
_	(184)	•	143.722		4.917		9.834		(4.917)		(9.834)

Outros estoques	Qtd	Cotação em	Exposição	osição 25% de aumento		50% de aumento		25% de	redução	50% de redução	
, _	Qiu	31/12/2021	Atual	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoque - soja semente *	158	469,00	74.043	586,25	18.519	703,50	37.037	351,75	(18.519)	234,50	(37.037)
Estoque - trigo semente *	43	124,00	5.355	155,00	1.339	186,00	2.677	93,00	(1.339)	62,00	(2.677)
Estoque - óleo ***	2	7.402,00	12.494	9.252,50	3.124	11.103,00	6.247	5.551,50	(3.124)	3.701,00	(6.247)
Estoque - farelo **	45	2.133,00	96.144	2.666,25	24.041	3.199,50	48.082	1.599,75	(24.041)	1.066,50	(48.082)
Estoque - outras sementes **	197	128,25	6.413	160,31	6.329	192,37	12.658	96,19	(6.329)	64,12	(12.658)

^(*) em milhares de sacas de 60kg. (**) em milhares de sacas de 40kg. (***) em milhares de toneladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Gestão de risco--Continuação

(i) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar norte-americano. A administração estabeleceu uma política que define que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para se proteger das variações das taxas de câmbio, além do acompanhamento periódico da exposição líquida em moeda estrangeira das suas operações. No quadro abaixo é demonstrada a exposição líquida da Companhia em milhares de dólares norte-americanos:

Instrumento financeiro	31/12/2021	31/12/2020
	USD mil	USD mil
Câmbio a realizar	-	8.285
Bancos	13.499	24.100
Corretoras	1.885	528
Clientes	10.864	10.858
Fornecedores	(1.714)	(6.367)
Empréstimos e financiamentos	(34.562)	(23.306)
Exposição líquida a variação cambial	(10.028)	14.098
Swap (Notional)	26.292	7.740

Análise de sensibilidade do risco cambial

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição à variação cambial no encerramento do exercício. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a como esse fator de risco poderia afetar o resultado antes dos impostos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Gestão de risco--Continuação

			25% de a	aumento	50% de a	aumento	25% de	redução	50% de	redução
Instrumento financeiro	Saldo Contábil 31/12/2021	Cotação em 31/12/2021 (*)	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Bancos	75.331	5,58	6,98	18.833	8,37	37.666	4,19	(18.833)	2,79	(37.666)
Corretoras	10.519	5,58	6,98	2.630	8,37	5.260	4,19	(2.630)	2,79	(5.260)
Clientes – mercado externo	60.627	5,58	6,98	15.157	8,37	30.313	4,19	(15.157)	2,79	(30.313)
Fornecedores	(9.565)	5,58	6,98	(2.391)	8,37	(4.782)	4,19	2.391	2,79	4.782
Empréstimos e financiamentos	(192.873)	5,58	6,98	(48.218)	8,37	(96.437)	4,19	48.218	2,79	96.437
	(55.961)	_		(13.989)		(27.980)		13.989		27.980

^(*) Fonte: BACEN - Banco Central do Brasil.

ii) Riscos de taxa de juros

O principal risco de taxa de juros da Companhia decorre de equivalentes de caixa e empréstimos com taxas variáveis, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros.

Análise de sensibilidade do risco de juros

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição à taxa de juros no encerramento do exercício. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a como esse fator de risco poderia afetar o resultado antes dos impostos.

			25% de a	umento	50% de a	umento	25% de re	edução	50% de i	redução
Instrumento financeiro	Saldo Contábil 31/12/2021	Indexador	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito
Aplicações financeiras	104.680	7,18%	8,98%	1.880	10,78%	3.760	5,39%	(1.880)	3,59%	(3.760)
Aplicações financeiras - fundos	886.247	9,89%	12,36%	21.905	14,83%	43.810	7,41%	(21.905)	4,94%	(43.810)
Empréstimos e financiamentos	(318.740)	8,76%	10,95%	(6.980)	13,14%	(13.961)	6,57%	6.980	4,38%	13.961
Nota de crédito à exportação	(66.120)	8,76%	10,95%	(1.448)	13,14%	(2.896)	6,57%	1.448	4,38%	2.896
	606.067			15.357		30.713		(15.357)		(30.713)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Gestão de risco--Continuação

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Contas a receber de clientes

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 (IFRS 9) para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Desta forma, as perdas de crédito são contabilizadas levando em conta o fator de risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda, e, com isso gerando a provisão necessária para cobrir eventuais perdas, na opinião da Administração.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação.

O aging dos saldos a receber está demonstrado na Nota 5.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Gestão de risco--Continuação

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas, disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas de empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais — como por exemplo, restrições de moeda.

A Companhia administra o risco de liquidez, mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias, empréstimos e financiamentos, monitorando continuamente o fluxo de caixa orçado e o real e honrando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis no encerramento dos exercícios.

		31/12/2021		31/12/2020					
	Até um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Até um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos			
Fornecedores	1.225.903	-	-	866.549	-	-			
Empréstimos e financiamentos	488.866	274.033	36.801	406.155	187.114	48.286			
Passivos de arrendamentos	4.204	9.621	48	687	307	=			
Parcelamentos tributários	1.314	4.477	799	1.459	5.046	1.739			
Outras obrigações	20.491	-		21.113	-	=_			
	1.740.778	288.131	37.648	1.295.963	192.467	50.025			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Gestão de risco--Continuação

(v) Gestão de capital

A Companhia realiza gestão de capital para se assegurar que esteja em condições de continuar em regime operacional normal, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno aos acionistas por meio da otimização da proporção dívida/patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada para o presente exercício.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

A Administração da Companhia revisa a estrutura de capital anualmente. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados com cada classe de capital.

Os índices de alavancagem financeira podem ser verificados abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	799.700	641.555
Caixa e equivalentes de caixa	(351.590)	(252.692)
Aplicações financeiras	(739.002)	· -
Dívida líquida (caixa líquido)	(290.892)	388.863
Patrimônio líquido	2.236.240	712.132
Soma do patrimônio líquido e dívida líquida	1.945.348	1.100.995
Quociente de alavancagem	-15%	35%

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao passivo):

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante (a)	1.831.275	1.365.036
Passivo não circulante (b)	328.086	244.205
Patrimônio líquido (c)	2.236.240	712.132
Total (d)	4.395.601	2.321.373
Capital de terceiros (a+b)/d)	49,13%	69,32%
Capital próprio (c/d)	50,87%	30,68%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	5.436.960	3.168.731
Venda mercado interno Venda mercado externo Serviços	4.743.383 683.933 9.644	2.534.485 627.794 6.452
Deduções Devoluções	(97.643) (62.550)	(56.292) (30.940)
Impostos sobre vendas Receita líquida	(35.093)	(25.352)

16. Despesas por função e natureza

	31/12/2021	31/12/2020
Por função	(5.013.935)	(2.810.176)
Custo das mercadorias e produto vendidos	(4.638.263)	(2.612.260)
Despesas de vendas	(319.965)	(178.161)
Despesas administrativas	(55.707)	(19.755)
	31/12/2021	31/12/2020
Por natureza	(5.013.935)	(2.810.176)
Custos das mercadorias vendidas	(2.468.009)	(1.208.420)
Custos das matérias-primas	(1.988.809)	(1.315.724)
Ajuste ao valor justo	(113.871)	(40.349)
Pessoal	(146.735)	(73.850)
Fretes/armazenagem/despachos	(74.825)	(38.904)
Serviços de terceiros	(60.522)	(32.512)
Despesas de depreciação e amortização	(23.345)	(17.496)
Amortização de direito de uso	(4.119)	(2.110)
Combustíveis e lubrificantes	(14.381)	(9.361)
Água/luz/telefone/gás	(21.082)	(12.590)
Despesas com royalties	(26.040)	(10.270)
Manutenção e reparos de veículos	(8.995)	(6.691)
Manutenção de móveis/máquinas/equipamentos e	(40.440)	(5.040)
instalações	(10.140)	(5.642)
Outras receitas/despesas	(53.062)	(36.257)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Variação cambial ativa Variação monetária ativa Juros e descontos obtidos	100.983 1.316 82.781	81.795 1.431 24.481
Ganho nas operações de hedge	6.484	-
Receitas com <i>swap</i> cambial (-) PIS/COFINS sobre receita financeira	20.026 (3.821)	- (1.569)
Receitas financeiras	207.769	106.138
Variação cambial passiva Variação monetária passiva	(89.150) (35)	(105.728) (3)
Juros sobre empréstimos e financiamentos Juros, tarifas e descontos Despesas com swap cambial	(35.832) (33.506) (23.003)	(35.388) (29.451) (7.600)
Despesas financeiras	(181.526)	(178.170)
Resultado financeiro	26.243	(72.032)

18. Parcelamentos tributários

O saldo de parcelamentos tributários é oriundo, basicamente, de saldos em aberto de ICMS e PIS/COFINS, parcelados perante as autoridades fiscais. Os saldos em aberto serão amortizados, respectivamente, em 44 e 94 parcelas.

	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento ICMS	3.491	4.669
Parcelamento Pis/Cofins	3.099	3.483
Outros parcelamentos	-	92
	6.590	8.244
Circulante	1.314	1.459
Não circulante	5.276	6.785

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social

Composição da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes dos impostos sobre o lucro Alíquota vigente	379.837 34%	255.443 34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(129.145)	(86.851)
Reconciliação da alíquota efetiva:		
Subvenção para investimentos (Nota 24)	123.300	75.333
IRPJ/CSLL sobre dividendos pagos à conta de reserva para incentivos fiscais	(4.733)	(6.914)
Impostos diferidos de exercícios anteriores reconhecidos	63.270	7.689
Stock options	(4.526)	-
Outros	2.303	1.563
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	50.469	(9.180)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 referem-se a:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para litígios	784	533
Provisão para devedores duvidosos	2.212	1.907
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	216.101	4.543
Ajuste valor justo de estoques	(161.104)	12.246
Diferença de taxas de depreciação	(16.695)	(14.420)
Ativo imobilizado - custo atribuído	(2.742)	(3.452)
Outras diferenças temporárias	(1.597)	(1.502)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	55.228	-
Impostos diferidos, líquidos	92.187	(145)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo fiscal diferido:

	31/12/2021
Saldo de abertura	(145)
Crédito fiscal sobre custos de emissão de ações	24.072
Impostos diferidos reconhecidos no resultado	68.260
Saldo final	92.187

A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável a geração de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele é baixado. A estimativa da realização dos tributos diferidos envolve as incertezas das demais estimativas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu impostos diferidos sobre prejuízo fiscal diferido e base negativa de contribuição social no montante de R\$63.270, sendo R\$8.042 já utilizados para compensação de impostos correntes ao longo do exercício. A Companhia concluiu pelo registro do montante, uma vez que está apresentando lucro tributável no ano corrente e projeta resultado com base tributável positiva para os próximos exercícios. Essa expectativa está embasada no crescimento esperado para a Companhia nos próximos anos, o que garante a completa compensação do prejuízo fiscal acumulado dentro dos próximos exercícios. O valor remanescente de R\$55.228, registrado como imposto diferido em 31 de dezembro de 2021, possui expectativa de compensação com lucros tributáveis futuros, conforme as projeções da Companhia, nos seguintes exercícios:

Projeção aproveitamento 2022	42.843
Projeção aproveitamento 2023	12.385
	55.228

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu por maioria a inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A decisão do Recurso Extraordinário (RE) 1.063.187, com repercussão geral reconhecida, trata do entendimento de que os juros de mora e a correção monetária, dada sua natureza indenizatória, não consistem num acréscimo patrimonial, pois têm por finalidade apenas reparar as perdas monetárias sofridas no período de discussão do indébito tributário.

A Companhia possui processo análogo, impetrado em outubro de 2020, e no julgamento da Administração da Companhia é praticamente certo o crédito de IRPJ e CSLL sobre a SELIC de exercícios anteriores e, desta forma, reconheceu à luz do que estabelece o IFRIC 23/ ICPC 22 o montante de R\$6.508, os quais estão registrados no ativo não circulante. A Companhia aguarda o prosseguimento das etapas processuais necessárias, para início da utilização dos valores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para litígios

A Administração, com base em informações de seus assessores legais, possui provisão para litígios em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, classificada no passivo exigível ao longo prazo, conforme abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões trabalhistas	2.143	1.403
Provisões cíveis	73	79
Provisões tributárias	91	86
Total	2.307	1.568

A movimentação da provisão para contingências e dos depósitos judiciais é demonstrada a seguir:

	Provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.556
Provisões constituídas durante o exercício	12
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.568
Provisões constituídas durante o exercício	739
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.307

	Depósitos judiciais
Saldo em 31 de dezembro de 2019	274
Depósitos efetuados e atualizações	16
Saldo em 31 de dezembro de 2020	290
Depósitos efetuados (resgatados) e atualizações	(76)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	214

Adicionalmente, a Companhia foi informada pelos seus advogados da existência de processos de natureza cível e trabalhista com probabilidade de perda possível, avaliados no montante de R\$1.339 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.472 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Partes relacionadas

Alienação de investimento

Em novembro de 2014, a Companhia alienou a totalidade da sua participação de 25% das ações da 4 Ventos Agroindustrial S.A. para a sua controladora Sinuelo Participações Ltda., pelo montante de R\$40.000. A transação foi realizada em condições acordadas entre as partes. As parcelas serão liquidadas em 10 anos, com atualização anual do IPCA. Os saldos em aberto no encerramento dos exercícios de reporte estão apresentados pelo valor atualizado e classificados de acordo com o prazo de vencimento.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 referente a esta operação é de R\$23.133 (R\$27.053 em 31 de dezembro de 2020).

Outras transações

A Companhia possuía contrato de consultoria jurídica com sociedade de advogados controlada por membro do conselho de administração, com vigência de parcelas mensais de R\$50 até maio de 2021. Em agosto de 2021 com a conclusão da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, foi pago o montante adicional equivalente a 0,5% sobre o valor total envolvido no referido evento de liquidez, encerrando o contrato.

A Companhia firmou em 01 de setembro de 2021 contrato de consultoria em gestão ativa de pessoas com empresa controlada por membro do conselho de administração, com parcelas mensais de R\$20 até fevereiro de 2022.

A Companhia firmou em 30 de novembro de 2021 contrato de consultoria jurídica com empresa controlada por membro do conselho de administração, com parcelas mensais de R\$20, por prazo indeterminado.

Operações da atividade principal

A Companhia possui operações de vendas de insumos e compra de grãos dentro das operações normais da atividade, realizadas em condições acordadas entre as partes, com a relacionada Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. (coligada incorporada em 30 de novembro de 2020) e com João Osório Dumoncel e Luiz Osório Dumoncel (acionistas).

	Balanço patrimonial		
31/12/2021		31/12/2020	
Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
72.566	-	79.238	-
5.733	17.400	7.267	19.786
78.299	17.400	86.505	19.786
	Ativo circulante 72.566 5.733	31/12/2021 Ativo Ativo não circulante 72.566 - 5.733 17.400	31/12/2021 31/12 Ativo circulante Ativo circulante Ativo circulante 72.566 - 79.238 5.733 17.400 7.267

^(*) Saldos ativos classificados nas rubricas de contas a receber de clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Partes relacionadas -- Continuação

Operações da atividade principal--Continuação

	Demonstração do resultado			
- -	31/12/2021		31/12/2020	
	Vendas	Compras	Vendas	Compras
Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. (*)	-	-	238.000	185.825
Parceria Agrícola Dumoncel	150.911	-	78.279	21.394
Sinuelo Participações Ltda.	122	-	-	-
Total	151.033	<u>-</u>	316.279	207.219

^(*) A Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda., foi incorporada em 30 de novembro de 2020, conforme descrito na Nota 1.

O aumento das operações com a Parceria Agrícola Dumoncel está atrelado à variação do preço dos produtos e também aumento da área de plantio.

Honorários da administração

Em 31 de dezembro de 2021 foram registrados R\$7.180 de remuneração e encargos aos administradores (R\$400 em 31 de dezembro de 2020), além de despesa de R\$13.311 referente a opções outorgadas aos administradores da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões de ações), resultando em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia, conforme nota explicativa 25. Em Assembleia Geral Extraordinária em 04 de junho de 2021 foi alterada a remuneração global anual, para o exercício de 2021, dos membros da administração da Companhia, estabelecendo o valor máximo de R\$ 23.260, e dos membros de eventuais Comitês de Assessoramento no valor máximo de R\$ 120.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido

Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de R\$5.000.000 (cinco bilhões de reais), todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no Estatuto e mediante deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em 7 de julho de 2021, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia o aumento do capital social de R\$1.152.941, dividido em 94.117.647 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$1.552.941 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e dois milhões e novecentos e quarenta e um mil) dividido em 494.118 milhões de ações ordinárias e em 31 de dezembro de 2020 era de R\$400.000, divido em 400 milhões de ações ordinárias, com valor nominal de R\$1 (um real) cada.

A movimentação do capital social e das ações integralizadas está assim apresentada.

	R\$ mil	Quant. de ações (mil)
31 de dezembro de 2019	200.000	200.000
AGE 30/11 – Incorporação de coligada	1.000	1.000
AGE 30/11 – Aumento de capital	9.000	9.000
AGE 28/12 – Incorporação de reserva de incentivos fiscais	190.000	190.000
31 de dezembro de 2020	400.000	400.000
RCA 07/07 – Aumento de capital (Nota 1)	1.152.941	94.118
31 de dezembro de 2021	1.552.941	494.118

Em conexão com seu processo de IPO, realizado no terceiro trimestre de 2021, a Companhia incorreu em custos de transação com a emissão de ações no montante de R\$70.801 (R\$46.729, líquido dos efeitos tributários), os quais foram registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica do capital social, conforme CPC 08 (R1) (IAS 32). O quadro abaixo demonstra a composição do capital social da Companhia:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	1.552.941	400.000
(-) Custos com a emissão de ações	(70.801)	-
Impostos diferidos sobre custos com emissão de ações	24.072	-
Total	1.506.212	400.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquidos dos respectivos impostos diferidos, totalizando R\$3.900 em 31 de dezembro de 2021 (R\$4.847 em 31 de dezembro de 2020).

Reserva de capital

A reserva de capital foi constituída em decorrência da implementação do plano de ações da Companhia, conforme Nota 25, sendo registrado o montante de R\$13.311 em 31 de dezembro de 2021.

Reserva de lucros

Reserva legal

Está constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, equivalente a 5% do lucro de cada exercício, antes de qualquer destinação e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não houve constituição da reserva legal, uma vez que o resultado dos respectivos exercícios foi destinado integralmente à reserva de incentivos fiscais, em atendimento à legislação tributária vigente. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o montante de reserva legal foi de R\$3.045.

Reserva para incentivos fiscais

As reversas de incentivo fiscal estão classificadas conforme sua originação:

(i) Isenção e dedução de base de cálculo do ICMS

Esta rubrica refere-se aos incentivos fiscais de isenção e redução de base de cálculo do ICMS decorrentes dos convênios ICMS n. 100 de 1997 e n. 52 de 1991, descritos na Nota 24, classificados como subvenção para investimentos, sendo constituída em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente aos benefícios de isenção e redução de base de cálculo do ICMS, no valor de R\$319.399 (R\$305.478, líquido do efeito da realização de dividendos), e R\$204.713 em 31 de dezembro de 2020 (R\$192.913, líquido do efeito da realização de dividendos). Ainda, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia deixou de constituir reserva para incentivos fiscais no montante de R\$100.629 (R\$125.587 em 31 de dezembro de 2020), devido a insuficiência do lucro contábil apurado e devido a isto, conforme facultado pelo artigo 30, § 3º, da Lei 12.973/14, a Companhia deverá constituir a reserva para incentivos fiscais à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva para incentivos fiscais

(ii) Crédito Presumido de ICMS

Esta rubrica refere-se ao incentivo fiscal do crédito presumido de ICMS decorrente do Decreto 37.699/97, conforme descrito na Nota 24. Em 18/05/2021 a Companhia obteve trânsito em julgado em Mandado de Segurança, no qual, entende a Companhia, que foi reconhecido tratamento diferenciado em relação aos demais benefícios fiscais que frui. A decisão está baseada no fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS seria uma violação do pacto federativo (art. 150, VI, a, da CF). Assim sendo, oportunamente a Companhia avaliará os eventuais impactos tributários da distribuição de dividendos com base nesta reserva.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente ao benefício do crédito presumido de ICMS, no valor de R\$68.205. Adicionalmente, constituiu também a reserva no montante de R\$43.649 para cobertura do crédito presumido calculado entre os anos de 2014 e 2017, diante do trânsito em julgado obtido para o tema, conforme descrito Nota 24.

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 5% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. O valor do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foi integralmente destinado à constituição da reserva para incentivos fiscais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia distribuiu e pagou dividendos à conta de reserva de lucros, no montante de R\$17.250. Adicionalmente, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais sobre a reserva de lucros no montante de R\$11.800. Em 07 de junho de 2021 em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais sobre a reserva de lucros no montante de R\$13.921.

Conforme determina o artigo 30, § 2º, da Lei 12.973/14, a Companhia ofereceu a tributação do imposto de renda e da contribuição social os valores que integraram a base de cálculo dos dividendos distribuídos à conta de reserva para incentivos fiscais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Lucro por ação

De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se referem aos planos de opções de ações. Para estes planos de opções de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo, com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações.

A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente, é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o período dos planos de opções de ações.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	430.306	246.263
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	445.898	390.833
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos	451.140	390.833
Lucro básico por ação - em reais (R\$)	0,9650	0,6301
Lucro diluído por ação - em reais (R\$)	0,9538	0,6301

A média ponderada de quantidade das ações ordinárias emitidas considera os aumentos de capital por meio das incorporações de reservas de incentivos fiscais, como se as mesmas tivessem em 1º de janeiro de 2020, conforme requerido pelo parágrafo 28 do CPC 41 (IAS 33).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondem a: (i) incentivos fiscais estaduais de ICMS; e (ii) incentivos fiscais federais de Pis e Cofins. As subvenções estaduais têm a natureza de subvenção para investimento, enquanto a subvenção federal tem natureza de subvenção para custeio.

Incentivos fiscais estaduais

Crédito presumido de ICMS

A Companhia apura crédito presumido de ICMS, conforme decreto 37.699/97, do Governo do Estado do RS, calculado com base em 57% sobre o imposto incidente nas vendas de biodiesel, desde que a soja esmagada tenha origem do Estado. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas, e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais) no patrimônio líquido.

Em 18/05/2021 a Companhia obteve trânsito em julgado do Mandado de Segurança no qual foi reconhecido que os valores relativos ao crédito presumido de ICMS não integram a base de cálculo do IRPJ e da CSLL ao fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS ofenderia o princípio do pacto federativo, no montante de R\$43.649 referente ao período de 2014 a 2017. Ainda, na referida sentença foi reconhecido o direito à compensação ou restituição administrativa, respeitado o prazo quinquenal, com atualização SELIC para os períodos que a Companhia apresentou lucro tributado sobre este tipo de benefício. Para os períodos que a Companhia apresentou prejuízo fiscal, o montante reconhecido refletiu como um aumento do montante de prejuízo fiscal.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado foi de R\$68.205 (R\$42.497 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Subvenções governamentais--Continuação

Isenção e redução de base de cálculo do ICMS

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS são decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017, que consideram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) e cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia.

Em 2020 a Companhia retificou suas obrigações acessórias dos exercícios de 2015 a 2019 para refletir os efeitos das subvenções governamentais decorrentes da isenção e redução de base de cálculo do ICMS na apuração do imposto de renda e da contribuição social, reconhecendo o montante de R\$110.382 de créditos de IRPJ e CSLL recolhidos a maior, dos quais R\$101.120 referem-se ao valor de principal e R\$9.261 aos juros e atualização monetária. Os valores estão apresentados na rubrica de impostos e contribuições a recuperar e foram registrados nos respectivos anos de competência.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante total apurado relativo a este incentivo foi de R\$294.441 (R\$179.070 em 31 de dezembro de 2020).

Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. Entretanto, uma vez que em determinados exercícios a Companhia apresentou prejuízo fiscal ou lucro líquido insuficiente para constituição integral da referida reserva, a Companhia deixou de constituir reserva de incentivos fiscais no montante de R\$100.629 em 31 de dezembro de 2021 (R\$125.587 em 31 de dezembro de 2020). Conforme facultado pelo artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá recompor a reserva para incentivos fiscais em exercício futuros.

Incentivo fiscal federal

Crédito presumido de PIS e COFINS

A Companhia apura crédito presumido de PIS e COFINS, conforme lei federal 12.865 de 10/10.2013, disponível para as empresas que industrializam a soja em grão, calculado através da receita de venda de cada produto.

Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de PIS e COFINS a recuperar em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado foi de R\$73.782 (R\$51.553 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões de ações), resultando em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

O "Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações" foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de oito milhões de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 5 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na

data de 03 de março de 2021. O período de carência (*vesting*) é de 1 ano com liberações de 20% anuais a partir do primeiro aniversário. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações.

O preço do exercício do primeiro programa foi fixado em R\$ 1,75 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R\$4,39.

A Companhia reconhece o custo com o plano de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o Binomial.

Uma das premissas para este modelo é a estimativa do valor justo das ações ordinárias subjacentes da Companhia na data da outorga. Outras premissas incluem uma estimativa da volatilidade esperada do preço das ações, o prazo esperado de uma opção, a taxa de juros livre de risco ao longo do prazo esperado da opção, o preço de exercício da opção e as expectativas em relação aos dividendos.

Quando da outorga do primeiro programa não tínhamos um histórico de preços de mercado para nossas ações ordinárias porque nossas ações não eram negociadas publicamente. Desta forma, com o auxílio de assessores em avaliação, estabelecemos o valor justo das ações ordinárias subjacentes com base na avaliação econômico-financeira da Companhia seguindo a abordagem da renda (*income approach*, método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD)). A abordagem de renda envolve a aplicação de uma taxa de desconto adequada, ajustada para refletir os riscos dos fluxos de caixa projetados, com base na estrutura de capital e nas receitas e nos custos previstos. Utilizamos os dados observáveis para um grupo de empresas comparáveis para auxiliar no desenvolvimento de nossa premissa de volatilidade.

Se os fatores mudarem e usarmos premissas diferentes, o custo de planos de opção de compra de ações futuros pode ser significativamente diferente do que registramos atualmente. Maior volatilidade e prazos mais longos esperados resultam em um aumento na despesa com plano de opções, determinada na data da outorga.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Pagamento baseado em ações--Continuação

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano outorgado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Primeiro Programa do Plano de Compra de Opções
Número de opções outorgadas	8.000.000
Data da outorga	03/03/2021
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	4,39
Rendimento de dividendos (%)	1,15
Volatilidade esperada média (%)	36,76
Taxa de retorno livre de risco média (%)	6,49
Prazo de vida esperado das ações (anos)	5
Preço de exercício das opções	1,75
Média ponderada do preço das ações (R\$)	6,13

A despesa com plano de opções reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$13.311.

Não houve durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 cancelamento, vencimento ou exercício de opções de ações.

26. Informações por segmento

Informações referentes aos resultados de cada segmento estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento até o lucro bruto, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias.

Os ativos e passivos da Companhia são administrados de forma conjunta para todos os segmentos e não são avaliados separadamente por segmentos pela administração da Companhia.

Os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno desses segmentos:

- (i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja, milho e trigo. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que a Companhia transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.
- (ii) Grãos de soja, milho e trigo: compreendem as operações decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de "CPR". O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Informações por segmento--Continuação

(iii) Indústria: compreende as operações decorrentes da industrialização de soja, com a produção de farelo e biodiesel.

A Companhia entende seus segmentos em insumos, grãos e indústria e estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida		
Insumos	1.534.116	909.290
Grãos	1.412.296	497.615
Indústria	2.392.905	1.705.534
	5.339.317	3.112.439
Custo das mercadorias e produtos vendidos		
Insumos	(1.167.376)	(744.782)
Grãos	(1.300.633)	(463.635)
Indústria	(2.056.383)	(1.363.494)
	(4.524.392)	(2.571.911)
Lucro bruto antes do ajuste a valor justo		
Insumos	366.740	164.508
Grãos	111.663	33.978
Indústria	336.522	342.042
	814.925	540.528
Ajuste a valor justo	(113.871)	(40.349)
Lucro bruto	701.054	500.179

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Informações por segmento--Continuação

Receita por cliente

O montante da receita proveniente dos principais clientes é assim representado:

			31/12/2021	
	Cliente	Produto	% s/ Receita líquida	
Cliente 1		Farelo	12,51%	
Cliente 2		Biodiesel	10,75%	
Cliente 3		Grãos	6,04%	
Cliente 4		Biodiesel	4,62%	
Cliente 5		Biodiesel	3,49%	
Cliente 6		Grãos	2,89%	

		31/12/2020		
	Cliente	Produto	% s/ Receita líquida	
Cliente 1		Farelo	16,02%	
Cliente 2		Biodiesel	8,12%	
Cliente 3		Biodiesel	8,00%	
Cliente 4		Insumos	7,59%	
Cliente 5		Grãos	7,24%	
Cliente 6		Biodiesel	5,92%	

Localização geográfica

As informações abaixo sobre a receita de exportação, consideraram a localidade do cliente.

31/12/2021	31/12/2020
-	12.255
-	202.013
-	14.749
-	179.000
-	151.800
667.997	50.316
-	17.661
4.354	-
11.582	-
683.933	627.794
	- - - - 667.997 - 4.354 11.582

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Eventos subsequentes

Em 10 de janeiro de 2022, a Companhia divulgou Fato Relevante informando sobre a oferta pública de distribuição primária de ações. A oferta consistiu na distribuição de 500.000 ações nos termos da Instrução CVM nº 400. A oferta foi realizada com o objetivo de liberar a ampla negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação na B3, inclusive, por investidores de varejo.

A aprovação do preço por ação e do aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado estabelecido no seu Estatuto Social, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 31 de janeiro de 2022, sendo a liquidação da oferta realizada em 03 de fevereiro de 2022. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta Pública, o novo capital social passa a ser de R\$1.557.741, dividido em 494.617.647 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.